
Laguna: uma perspectiva histórica e patrimonial

Maria Vitória Vieira Capote Gonzaga

mary.gel@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Nesta síntese busco fazer um pequeno panorama histórico, sobre a relação entre memória, identidade, lugares de memória e patrimônio, trazendo Laguna como objeto de estudo, falando um pouco sobre sua história para poder compreender os dois processos de tombamento que ocorreram na cidade pelo SPHAN (hoje IPHAN) em 1953, o do paço municipal, e posteriormente o tombamento do centro de Laguna, em 1985.

Palavras-chaves: Memória; Identidade; Patrimônio; Laguna;

Abstract: On this synthesis, i seek to make a short panorama and a relation between memory, identity, memory's places and heritage, bringing Laguna as principal object and example. Speaking about its history to understand the two national heritage officialization process that was made by SPHAN (National Historical Heritage and Artistic Service), today IPHAN (National Historical Heritage and Artistic Institute). One that registered the Municipal court in 1953, and the other that registered Laguna's historic downtown, in 1985, as national heritage.

Keywords: Memory; Identity; Heritage; Laguna;

Introdução

Primeiramente, ao abordar o assunto de patrimônio, é oportuno fazer algumas construções. Ao pronunciar o assunto memória, remete-se a algo muito profundo e individual. No entanto a memória deve ser entendida também como algo coletivo, fatos vividos individualmente, e socialmente, por personagens e pessoas as quais a memória é reconstituída. A memória é seletiva, portanto ela sofre um processo de reconstrução e organização o tempo todo. A memória individual não deve ser confundida com a memória coletiva. Por outro lado, a memória coletiva envolve a memória individual.

A memória é seletiva, portanto sofre um processo de reconstrução e organização o tempo todo. É nesse processo de construção e reconstrução da memória que pode-se entender porque lugares de memória são criados, para lembrar. Os lugares, estes também servem como apoio a memória. Os lugares de memórias, estão particularmente ligados a uma lembrança.

A memória pode se apoiar em três critérios: acontecimentos, personagens e lugares. A memória é um acontecimento de construção social, e individual. (POLLAK, 1992). Quando se trata de uma memória herdada, refere-se a uma memória que é adquirida a partir de uma experiência. Podemos fazer essa ligação entre a memória e o sentimento de identidade, o auto reconhecimento, para que seja reconhecido,

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si¹.

Já Pierre Nora, traz a memória como algo que é vivo, é a lembrança, continua em evolução que sofre o esquecimento, e abre espaço para um outro assunto, a história, reconstrução problemática da memória. Para o mesmo, lugares de memória são a fronteira entre a distinção de memória e história. Segundo ele, a história é o processo seguido, longe de ser sinônimo de memória, são coisas completamente opostas. Os lugares de memória, seriam então restos de memória junto a vontade de se auto reconhecer, o sentimento de identidade os quais a história apodera-se deles para torná-los lugares de memória².

Abordar o assunto identidade, nos remete a diversos vieses, de acordo com as perspectivas disponíveis dos ramos das áreas de conhecimento. Sendo assim, em termos sociológicos, identidade é um sentimento pessoal, de pertencer a um centro de referência em que possa construir traços em comum com o meio onde ele se sente integrado, e identidade cultural, que pertença a um grupo social ou cultural³. Há influência da memória na formação de identidade e também no que se entende por patrimônio.

Pode afirmar-se que integra o patrimônio cultural tudo o que pode ser testemunho de valor cultural ou valor civilizacional e que o próprio patrimônio contribui para a construção da memória coletiva e identidade de uma sociedade e/ou comunidade⁴.

A palavra patrimônio vem do latim e significa, segundo o Dicionário Michaelis, “herança paterna, bens de família, quaisquer bens materiais ou morais pertencentes a uma instituição ou coletividade: patrimônio cultural”⁵. Sendo assim é comum haver referência ao patrimônio como herança transmitida, como propriedade herdada. Já segundo o artigo 216 da Constituição Federal, desta forma é definido o patrimônio cultural:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da

1 NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares*. Projeto História, São Paulo, v. 10, p.07-28, dez. 1983. Tradução de Yara Aun Koury. p.5.

2 NORA, 1983.

3 CAFÉ, Daniel Calado. *Patrimônio, Identidade e Memória: Proposta para a Criação do Museu do Território de Alcanena*. P. 36.

4 CAFÉ, 2007, p.24.

5 WEISZFLOG, Walter. *Michaelis: Dicionário Prático da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2008.



sociedade brasileira⁶.

No Brasil, o IPHAN é o órgão Federal responsável por promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória, preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros. Também é o órgão responsável por salvaguardar o patrimônio material e imaterial brasileiro. O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico; Histórico; Belas Artes; e das Artes Aplicadas.

Segundo o Art.º 216 da Constituição Federal de 1988, constituem os patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, condutores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Neles se constituem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico⁷.

Podemos destacar como Patrimônio Imaterial as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver, bem como, celebrações, e nos lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam tais práticas culturais. O patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração, é renovado, recriado e apropriado pelos indivíduos e grupos, são elementos marcantes na identidade e significativo na memória individual e coletiva desses grupos as quais eles fazem parte. Sua salvaguarda é feita através de registro, os quais são inscritos em um dos quatro Livros, e de acordo com sua categoria sendo elas: Formas de Expressão, Celebrações, Lugares e Saberes.

O Patrimônio Material é composto por bens de natureza material, podendo ser, sítios arqueológicos e paisagísticos, imóveis como os cidades históricas e bens individuais, ou bens móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais e arquivísticos. A salvaguarda do patrimônio material é feita através de instrumentos de proteção, onde podemos

6 BRASIL. *Constituição* (2010). Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. da Ordem Social: Da Educação, da Cultura e do Desporto. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_04.02.2010/art_216_.shtm>. Acesso em: 3 nov. 2014.

7 BRASIL. *Constituição* (1988). Decreto de Lei nº 25, de 25 de novembro de 1937. ORGANIZA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Presidência da República Casa Civil Subchefia Para Assuntos Jurídicos: Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF.



destacar o tombamento. O tombamento é “o mais antigo instrumento de proteção em utilização pelo Iphan, tendo sido instituído pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e proíbe a destruição de bens culturais tombados, colocando-os sob vigilância do Instituto”⁸ é também o mais adequado à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

Para que aconteça o tombamento, o bem passa por um processo administrativo, até ser inscrito em pelo menos um dos quatro Livros do Tombo. São eles o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Concluído essa primeira introdução sobre memória, identidade, e lugares de memória, para abordar o ato de tombamento que ocorreu na cidade de Laguna, para salvaguardar o patrimônio e memória da mesma, objeto de estudo neste texto, teve seu processo de tombamento tardio, segundo especialistas.

Patrimonialização de Laguna: História ou Arquitetura?

Município localizado em Santa Catarina, cujo Patrimônio é reconhecido como Patrimônio Nacional, pelo IPHAN devido a sua história, há séculos passados era conhecida como Laguna de Los Patos, nome dado “possivelmente pelos espanhóis, que passaram pela costa catarinense ainda no século XVI”⁹, e que mais tarde ficou conhecido pelo topônimo Antônio dos Anjos. O nome foi escolhido por Domingos Brito Peixoto para designar a povoamento que alo fundou, em que alguns livros trazem 1684¹⁰, mas a data oficial ficou como 1676, ano em que o vicentista armou uma bandeira e dispôs-se a descobrir as terras do sul, com sua família, escravos, homens, e armas, como traz o trecho de Cabral:

No ano de 1676, o vicentista Domingos de Brito Peixoto, um dos “homens bons” da vila de São Vicente e que já fizera parte de sua câmara, armou bandeira, destinada a descobrir terras no sul que não fossem habitadas, saindo de Santos com seus filhos, Francisco de Brito Peixoto e Sebastião de Brito da Guerra, levando consigo dez homens e cinquenta escravos, providos de armas e mantimentos¹¹.

Embora Cabral se refira em seu trecho como se as terras não fossem habitadas, na

8 IPHAN, 2016.

9 ULYSSÉA, Rube. *Laguna: Memória Histórica*. Brasília: Letrativa, 2004. P.267.

10 Taunay escreve sobre carta de Brito Peixoto com a informação do ano da fundação de Laguna: 1678. In ULYSSÉA, Rube. *Laguna: Memória Histórica*. Brasília: Letrativa, 2004. 269 p. e Nota de rodapé, 109.

11 CABRAL, 1970, p.43.



historiografia atual, sabe-se que as terras catarinenses eram ocupadas por indígenas.

Grupos indígenas começaram a se estabelecer no território de Laguna, no litoral sul de Santa Catarina há cerca de 6 mil anos. A ocupação deve ter sido contínua, pois essas populações deixaram enormes sambaquis como testemunho de sua presença. Os europeus vieram em princípio do século 16. Mas a data do desembarque e nacionalidade de quem chegou primeiro são desconhecida¹².

Depois da morte de Domingos de Brito Peixoto, seu filho Francisco de Brito Peixoto foi quem exercera o governo da Povoação. Cansado, recolheu-se a Santos para descansar. Mas somente no ano de 1714 que o governador do Rio de Janeiro Francisco de Távora consegue trazer de volta, Francisco de Brito Peixoto, e elevou Laguna a categoria de Vila, com o interesse em conquistar as terras do Rio Grande, e a reconquista da Colônia do Sacramento, que estava desde 1705 em poder dos castelhanos¹³.

Com a conquista pelos portugueses da Colônia do Sacramento, atual Uruguai, a partir das disputas com os espanhóis, Laguna passou a ser vista como ponto estratégico, de forma a proporcionar apoio no envio de suprimento para as tropas portuguesas. Nesse clima de guerra na região, escassez de mão de obra, tanto para produção de alimentos para as tropas, como para garantir um número suficiente de homens para combate, a coroa portuguesa promoveu a imigração de açorianos, que ocuparam essencialmente a ilha de Santa Catarina e Laguna¹⁴. Entre os seis mil açorianos enviados entre 1748 a 1756, foram enviados cerca de quarenta casais, num total de 215 pessoas para povoar a região de Laguna¹⁵.

E foi assim que, em agosto de 1746, decidiu o Conselho Ultramarino – fazer o povoamento do litoral sul do Brasil com elementos retirados do arquipélago açoriano, e em 1748, pôde o Brigadeiro receber a primeira leva de povoadores, que vieram dar novo impulso à terra catarinense e marcá-la com o cunho particular e característico da sua formação cultural¹⁶.

Segundo dados e informações sobre o município, a característica açoriana-madeirense influência até os dias de hoje na formação cultural de Laguna, que se faz ainda presente, tanto na etnia como na arquitetura, na economia, como por exemplo a tendência para a pesca, no

12 ULYSSÉA, 1955. p. 03-28.

13 ULYSSÉA, Ruben. “Panorama Histórico da Laguna”. In: *Publicação comemorativa do centenário da comarca da Laguna*. Porto Alegre: Estab. Gráfico Sta. Teresinha Ltda, 1955. p. 03-28.

14 SPHAN. *Processo de Tombamento do Sítio Arqueológico*. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria da Cultura, Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Porto Alegre, 8 de junho de 1984

15 MARTINS, Celso. *Farol de Santa Marta: a esquina do Atlântico*. Florianópolis: Guarapuvu, 1997.

16 CABRAL, 1970, p.61.



artesanato, como as rendas de bilro, que são uma herança do artesanato português, e em outros costumes. Não ignorando é claro a presença de africanos e descendentes trazida para cá ainda na época da escravatura, e a presença de outros imigrantes, que embora não se tenha tanta incidência, também houve registros como de algumas famílias de origem italiana, alemã e libanesa¹⁷.

Tais influências culturais compõem parte dos processos históricos de construção de identidade a partir da memória da cidade. Esses elementos contribuíram no fomento dos processos de tombamento da cidade. O primeiro processo de tombamento que a cidade teve foi o do prédio conhecido como o antigo paço Municipal. Entre abril e maio de 1953, em relatório de viagem do conservador Alfredo T. Rusins, ele descreve o interesse de tomar o prédio, que fora sede do governo da aclamada República Juliana, e que ainda aquela época funcionavam a Câmara Municipal, o Museu Municipal Anita Garibaldi, a Biblioteca pública e outras instituições culturais. Em 17 de novembro de 1953, Carlos Drummond Andrade, dá seu parecer, recomendando que estudasse o possível tombamento, de inegável interesse histórico, que serviu de cenário onde se proclamou a República Juliana, em 1839, que durou 106 dias, ou seja de 29 de julho a 15 de novembro do mesmo ano, onde se elegeram presidente e vice-presidente¹⁸.

A cadeia, única existente, está situada a praça Conde d'Eu na cidade. É o pavimento térreo dum espaçoso sobrado construído pela municipalidade. Possui dois cômodos necessários ao número de presos e é solidamente construído. O pavimento superior, ou primeiro andar, serve para o paço da Câmara Municipal, sala de audiências e do Júri. Tem dois grandes salões forrados de papel, bem mobiliados, sendo a única municipalidade da província que possui tão importante edifício. O pavimento térreo é que serve de cadeia, divide-se em quatro prisões para o recolhimento dos criminosos, deixando lateralmente um saguão, para quartel da polícia, com uma pequena sala onde mora o carcereiro¹⁹.

O segundo pedido de processo de tombamento na cidade ocorreu em 1984. O pedido do processo se referia ao tombamento do centro histórico, sendo como possível providencia para impedir o desaparecimento do conjunto urbano. O pedido foi feito considerando seu valor histórico no cenário nacional, local de passagem sul no meridiano de Tordesilhas, cidade que serviu como núcleo de expansão ao sul, como dito anteriormente, e posteriormente palco de guerra, sede da República Juliana, e também como berço de Anita Garibaldi, prova viva da

17 Prefeitura Municipal de Laguna, 1992.

18 SPHAN. *Processo de Tombamento do Sítio Arqueológico*. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria da Cultura, Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Porto Alegre, 1953.

19 DALL'ALBA, 1979, p.50.



estada de José Garibaldi pelo Brasil. Segundo a análise do acervo arquitetônico, feito pelos arquitetos contratados, Laguna em sua perspectiva especificamente arquitetônica não apresentava as características normalmente adotadas pelos tombamentos. A cidade foi sendo influenciada pelos agentes do tempo, agindo como uma pequena evolução na paisagem²⁰.

Analisando os mapas anexos no processo, o conjunto arquitetônico de Laguna é composto pela maior parte dos imóveis que apresentam um ou dois pavimentos. Quanto a característica arquitetônica, apresenta o intermédio de basicamente quatro características arquitetônicas, sendo elas a arquitetura tradicional luso-brasileira, até fins do século XIX, com beiral, sem portões, arquitetura brasileira luso-brasileira, já nos fins do século XIX, com influências do ecletismo, com platibanda, porão alto e acesso lateral, arquitetura urbana pós ecletismo, até a década de 40, e por fim, alguns exemplares de arquitetura moderna²¹. Ainda segundo IPHAN, podemos destacar:

A cidade possui edificações carregadas de decorações, vidros desenhados e ferros importados: o telhado arrematado com platibandas ornamentais, balaustradas, e calha para escoar a água das chuvas; o peitoril e a bandeira desaparecem sendo substituídos por massa com motivos decorativos; paredes construídas com tijolos e cal, dando maior precisão e diminuindo a espessura. Estes novos elementos marcaram fortemente o patrimônio arquitetônico de Laguna²².

Inscrita nos livros do tomo arqueológico, etnográfico, e paisagístico e no livro do tomo histórico, Laguna hoje tem seu centro histórico reconhecido como patrimônio histórico, “formado a partir do porto original e abriga cerca de 600 imóveis. No município, existem 43 sítios arqueológicos”²³.

Considerações finais

Através da arquitetura podemos ver quatro características arquitetônicas, distintas, sendo elas de períodos diferentes (até fins do século XIX, com influências do ecletismo, pós-ecletismo, até a década de 40, e exemplares de arquitetura moderna) e isso nos mostra que a

20 SPHAN. *Processo de Tombamento do Sítio Arqueológico*. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria da Cultura, Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Porto Alegre, 8 de junho de 1984.

21 SPHAN. *Processo de Tombamento do Sítio Arqueológico*. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria da Cultura, Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Porto Alegre, 8 de junho de 1984.

22 SPHAN. Laguna (SC). Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=C8A07C68C0AB14EAB447EEA1E7BCAEF1?id=18113&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 06 nov. 2014.

23 Idem



cidade como espaço habitado está em constante mudança.

No primeiro processo de tombamento que ocorreu na cidade, aconteceu sobre os critérios em que a memória se apoia. Sendo esses, os acontecimentos, e fatos, no caso da proclamação da República Juliana, personagens, por exemplo José Garibaldi, e lugar como o paço Municipal. Ao mesmo tempo, dentre essa memória há o esquecimento, de outros grupos sociais os quais são invisibilidades. Temos processos e atores importantes para a construção de uma memória da cidade. Mas de que modo estes lugares de memória representam uma identidade coletiva nos dias de hoje?

O tombamento do centro histórico de Laguna acontece, fomentando a cidade como lugar de memória, e a vontade de se reconhecer. Uma construção social, vinda com o sentimento de identidade, uma identidade açoriana, pensada principalmente naquele contexto, em que ocorrem os processos de tombamento o âmbito do IPHAN, e na própria visão do IPHAN, que foi, e está em constante mudança. O reconhecimento de que ali houve conquistas, lutas, que fez parte da construção de sua herança cultural. A herança arquitetônica que se faz presente na materialidade e imaterialidade, como nos costumes da pesca, da renda de bilro, relacionadas sobretudo com o colonizador português, representam a quem e para quem? Esses questionamentos problematizam a questão da representação das identidades através da materialidade que propriamente evidenciam e também respondem por si só, que há um discurso por trás do tangível que sublima e expõe. O(s) Patrimônio(s) são territórios de poder e que podem ser usados para [re]lembrar e esquecer.

É inegável a importância do tombamento do centro histórico de Laguna, como ferramenta de proteção ao patrimônio, mas nos dias de hoje devemos nos questionar o que esse conjunto arquitetônico nos está a dizer, ou qual o discurso que será feito a partir dele.

Referências

BRASIL. *Constituição* (1988). Decreto de Lei nº 25, de 25 de novembro de 1937. ORGANIZA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Presidência da República Casa Civil Subchefia Para Assuntos Jurídicos: Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 31 maio 2016.

BRASIL. *Constituição* (1988). Art. nº 216, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 31 maio 2016.

CABRAL, Oswaldo R.. *História de Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis: Aludes, 1970.



CAFÉ, Daniel Calado. *Patrimônio, Identidade e Memória: Proposta para a criação do Museu do Território de Alcanena*. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Museologia, Departamento de Departamento de Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Artes Plásticas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2007. Disponível em: <http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/daniel_cafe.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2014.

DALL'ALBA, Joao Leonir. *Laguna antes de 1880*. Porto Alegre. Editora Lunardelli, 1979

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. 2. ed. São Paulo: Vertice, 1990.

IPHAN/ PROGRAMA MONUMENTA. *Artes do Mar – Laguna SC*. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=E4350AECE650399650001C44BE118390?id=3062>>. Acesso em: 20 de nov. 2014

IPHAN. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)*. Disponível: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>> Acesso em 27 de maio de 2016

IPHAN. *Laguna*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/268> Acesso: 25 de outubro de 2016

MATTOS, Ruben Ulysea; SPALDING, Walter; BOITEUX, Lucas A.; GALLOTTI, Francisco B.; CABRAL, Oswaldo R.; MEDEIROS, Carlos da Costa Pereira Maecilio, MARCONDES, Giovanni Faraco de, et al. Publicação comemorativa do centenário da comarca da Laguna. Porto Alegre: Estab. Gráfico Sta. Teresinha Ltda., 1955.

MARTINS, Celso. *Farol de Santa Marta: a esquina do Atlântico*. Florianópolis: Guarapuvu, 1997.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. 1983. Tradução de Yara Aun Koury

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. *Laguna três séculos de brasilidade*. Dados e informações sobre o município, prefeitura Municipal de laguna. Elaboração da Pro reitoria de assuntos estudantis e de Extensão- UFSC. Imprensa universitária, 1982.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *In Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, p.200-212, 1992.

SPHAN. *Processo de tombamento do Sítio Arqueológico* (conjunto: centro histórico de Laguna – Santa Catarina).

SPHAN/D.E.T ministério da educação e cultura, secretária da cultura, subsecretária do patrimônio histórico e artístico nacional. *Processo nº 492-T-53*. Porto Alegre, 1953.

SPHAN/D.R.D. Ministério da Educação e Cultura, Secretária da Cultura, Subsecretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Processo nº 1.22-T-84*. Porto Alegre, 8 de junho de 1984

SPHAN. *Processo de tombamento do Sítio Arqueológico* (casa: Praça da Bandeira, Paço Municipal).

ULYSSÉA, Rube. *Laguna: Memória Histórica*. Brasília: Letrativa, 2004.

Recebido em 26 de novembro de 2014.

Aceito para publicação em 21 de agosto de 2017.

